

PROCESSO TCE N° 123.648

ENTIDADE: Câmara Municipal de Epitaciolândia

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Epitaciolândia, referente ao exercício de 2016

RESPONSÁVEL: Marco Ribeiro

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias

ACÓRDÃO Nº 11.919/2020

PLENÁRIO

Ementa: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Epitaciolândia. Exercício de 2016. Apuração de impropriedades que configuram graves infringências às normas constitucionais e legais: a) não contabilização do valor integral das Obrigações Patronais devidas no exercício; b) contratação de serviços sem os devidos processos licitatórios e; c) ausência de implantação do sistema de Controle Interno. Dano ao erário. Devolução. Aplicação de multa acessória. Aplicação de multa sanção. Notificação. Comunicação. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) Pela irregularidade** das contas da Câmara Municipal de Epitaciolândia, exercício financeiro e orçamentário de 2016, de responsabilidade do Senhor **Marco Ribeiro**, Presidente da Câmara à época, com fundamento na alínea “b”, do inciso III, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, em face da não contabilização do valor integral das Obrigações Patronais devidas no exercício, contratação de serviços sem os devidos processos licitatórios e ausência de implantação do Sistema de Controle Interno; **2) Pela condenação** do Senhor **Marco Ribeiro**, Presidente da Câmara Municipal de Epitaciolândia, à época, a devolver aos cofres do Município de Epitaciolândia, no **prazo de 30 (trinta) dias**, devidamente corrigida e acrescida de juros legais, nos termos do artigo 54, caput, da LCE nº 38/1993, a quantia de **R\$ 12.500,00** (doze mil e quinhentos reais), referente ao dano causado ao erário em razão da contratação de serviços de terceiros sem a comprovação da realização dos devidos procedimentos licitatórios, em descumprimento aos artigos 37, inciso XXI, da CF/88 e 23, da Constituição Estadual e da Resolução TCE/AC nº 76/2012; **3) Pela aplicação de multa acessória** ao Senhor

Marco Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Eptaciolândia, à época, com fundamento no artigo 88 da LCE nº 38/1993, no valor correspondente a **10%** (dez por cento) da importância referente a condenação acima imposta, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias** para o efetivo recolhimento em favor do **Tesouro Municipal de Eptaciolândia**, de tudo dando ciência a esse Tribunal de Contas; **4)** Pela **aplicação de multa sanção** ao Senhor **Marco Ribeiro**, Presidente da Câmara à época, com fundamento no parágrafo único do artigo 54, c/c o inciso I, do artigo 89, ambos da LCE nº 38/93, no valor de **R\$ 14.280,00** (quatorze mil duzentos e oitenta reais), em face da contratação de serviços de terceiros, no montante de R\$ 12.500,00, sem a comprovação da realização de licitação, a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, **no prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas; **5)** Pela **notificação** do atual Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Eptaciolândia para tomar ciência desta decisão e adotar as providências necessárias a fim de sanar às irregularidades apuradas e; **6)** Pela **comunicação** do apurado ao **Ministério Público do Estado do Acre**, para adoção das providências que entender pertinentes, em face da constatação de contratação de serviços sem os devidos processos licitatórios, em desacordo aos ditames da Lei nº 8.666/93. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco – Acre, 18 de junho de 2020.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Presidente do TCE/AC, em exercício

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA¹**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

¹ AUSÊNCIA DA ASSINATURA DO CONSELHEIRO JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA EM RAZÃO DE SEU FALECIMENTO EM 12/07/2020, OCORRIDO ANTES DA LAVRATURA DO PRESENTE ACÓRDÃO.
Processo TCE n.º 123.648 Acórdão nº 11.919/2020-Plenário

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO

Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 123.648

ENTIDADE: Câmara Municipal de Epitaciolândia

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Epitaciolândia, referente ao exercício de 2016

RESPONSÁVEL: Marco Ribeiro

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Epitaciolândia, exercício de 2016, de responsabilidade do Senhor **Marco Ribeiro**, Presidente, à época, **encaminhada tempestivamente** a esse Tribunal de Contas por meio eletrônico no dia 27/03/2017, em cumprimento à Resolução TCE/AC nº 87/2013.
2. A análise técnica preliminar procedida pela DAFO/2ªIGCE (fls. 14/29) apurou às seguintes impropriedades:
 - 2.1. Não contabilização do valor integral das Obrigações Patronais devidas do exercício;
 - 2.2. Contratação de serviços de terceiros, no montante de R\$ 12.500,00, sem a comprovação da realização de licitação;
 - 2.3. Ausência de implantação de controle interno.
3. Devidamente citado (fls. 33/35), o responsável não apresentou defesa, conforme demonstra a Certidão de fl. 36.
4. Instada a se manifestar, a DAFO/2ªIGCE elaborou o Relatório Técnico Conclusivo de fls. 39/41.
5. O Ministério Público Especial manifestou-se à fl. 46, em pronunciamento do Ilustre Procurador, Dr. Mario Sérgio Neri de Oliveira.
6. Na forma regimental, o processo veio-me por distribuição (fl. 2).

É o relatório.

Rio Branco – Acre, 18 de junho de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator

PROCESSO TCE N° 123.648

ENTIDADE: Câmara Municipal de Eptaciolândia

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Eptaciolândia, referente ao exercício de 2016

RESPONSÁVEL: Marco Ribeiro

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias

VOTO

O EXMO. SENHOR CONSELHEIRO ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS (Relator):

A Prestação de Contas da Câmara Municipal de Eptaciolândia, exercício financeiro e orçamentária de 2016, de responsabilidade do Senhor **Marco Ribeiro**, Presidente, à época, foi encaminhada a esse Tribunal de Contas dentro do prazo estabelecido na Resolução TCE/AC nº 87/2013.

A DAFO/2ªIGCE analisou a documentação enviada e apontou às impropriedades descritas no Relatório Preliminar de Análise Técnica (fls. 160/168). Devidamente citado, o responsável não apresentou justificativa quanto ao apurado.

Por meio de relatório conclusivo, a DAFO/2ªIGCE, em face da revelia por parte do responsável considerou irregulares as contas em análise, com fundamento nos artigos 36, inciso I e 51, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, em razão das seguintes constatações:

- a) Divergência na contabilização das obrigações patronais, em descumprimento aos art. 22, inciso I, da Lei nº 8.212/91 c/c art. 15, da Lei nº 8.036/90;
- b) Contratação de serviços sem os devidos processos licitatórios, em descumprimento ao art. 37, inciso XXI, da CF/88 e art. 2º, da Lei nº 8.666/93 e;

- c) Ausência de implantação do Sistema de Controle Interno, em violação aos artigos 31 e 74, da CF/88, art. 23, da Constituição do Estado do Acre de 1989 e aos termos da Resolução nº 76/2012

O Ministério Público Especial, no mesmo sentido, pronunciou-se pela irregularidade das contas, a teor da alínea “b”, do inciso III, do artigo 51, da LCE nº 38/93, bem como pela aplicação de multa ao responsável, com base no parágrafo único, do artigo 54, da Lei orgânica do TCE/AC e pelo encaminhamento do feito ao Ministério Público do Estado do Acre, em razão do descumprimento do contido na Lei nº 8.666/93.

Em face do exposto, **voto**:

1. Pela **irregularidade** das contas da Câmara Municipal de Epitaciolândia, exercício financeiro e orçamentário de 2016, de responsabilidade do Senhor **Marco Ribeiro**, Presidente da Câmara à época, com fundamento na alínea “b”, do inciso III, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, em face da não contabilização do valor integral das Obrigações Patronais devidas no exercício, contratação de serviços sem os devidos processos licitatórios e ausência de implantação do sistema de Controle Interno;
2. Pela **condenação** do Senhor **Marco Ribeiro**, Presidente da Câmara Municipal de Epitaciolândia, à época, a devolver aos cofres do Município de Epitaciolândia, no **prazo de 30 (trinta) dias**, devidamente corrigida e acrescida de juros legais, nos termos do artigo 54, caput, da LCE nº 38/1993, a quantia de **R\$ 12.500,00** (doze mil e quinhentos reais), referente ao dano causado ao erário em razão da contratação de serviços de terceiros sem a comprovação da realização dos devidos procedimentos licitatórios, em descumprimento aos artigos 37, inciso XXI, da CF/88 e 23, da Constituição Estadual e da Resolução TCE/AC nº 76/2012;
3. Pela **aplicação de multa acessória** ao Senhor **Marco Ribeiro**, Presidente da Câmara Municipal de Epitaciolândia, à época, com fundamento no artigo 88 da LCE nº 38/1993, no valor correspondente a **10%** (dez por cento) da importância referente a condenação acima imposta, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias** para

o efetivo recolhimento em favor do **Tesouro Municipal de Epitaciolândia**, de tudo dando ciência a esse Tribunal de Contas;

4. Pela **aplicação de multa sanção** ao Senhor **Marco Ribeiro**, Presidente da Câmara à época, com fundamento no parágrafo único do artigo 54, c/c o inciso I, do artigo 89, ambos da LCE nº 38/93, no valor de **R\$ 14.280,00** (quatorze mil duzentos e oitenta reais), em face da contratação de serviços de terceiros, no montante de R\$ 12.500,00, sem a comprovação da realização de licitação, a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, **no prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas;

5. Pela **notificação** do atual Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Epitaciolândia para tomar ciência desta decisão e adotar as providências necessárias a fim de sanar às irregularidades apuradas;

6. Pela **comunicação** do apurado ao **Ministério Público do Estado do Acre**, para adoção das providências que entender pertinentes, em face da constatação de contratação de serviços sem os devidos processos licitatórios, em desacordo aos ditames da Lei nº 8.666/93. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

É como voto.

Rio Branco – Acre, 18 de junho de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator